

Curso/Disciplina: Direito Penal: Parte Especial

Aula: Desacato e Tráfico de Influência

Professor(a): Marcelo Uzeda

Monitor(a): Bruno Warwar Marcolino

Aula nº. 62

Desacato

Art. 331 - Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela:

Pena - detenção, de seis meses a dois anos, ou multa.

Trata-se de **CRIME DOLOSO**.

CONSCIÊNCIA E VONTADE: Saber que o destinatário da ofensa ou do menosprezo é um servidor público. Se não souber quem é o destinatário poderá ser desclassificado o crime para injúria ou outro de crime contra a honra.

Exemplo: Funcionário público apresenta uma deficiência física e há a fala: “Seu aleijado. Seu corcunda”. Injúria preconceituosa, mais grave que o desacato.

Ânimo Sereno. Ânimo Calmo. Tema polêmico.

Constitui requisito do elemento subjetivo: Exige o ânimo calmo. Doutrina amplamente dominante.

Exemplo: A mãe que entra em um hospital com o filho necessitando de atendimento médico e entra em desespero proferindo palavras ofensivas aos funcionários do Hospital. Neste caso, é afastada a classificação do crime como desacato pois não está presente o ânimo calmo.

Controvérsia doutrinária. Estado de embriaguez: Três correntes:

1. Sujeito encontrado em estado de embriaguez e ele xingou o policial: Entende que há exigência de dolo específico. Animo refletido. **Posição majoritária.** Excluiria o crime. Noção de seriedade ausente. O crime de desacato exige dolo específico, sendo que a embriaguez do agente é incompatível com esse elemento subjetivo, excluindo o delito.
2. **Posição Minoritária:** A embriaguez, não exclui o crime. A embriaguez dolosa ou culposa não exclui a imputabilidade (elemento da culpabilidade) penal. Afirma que a embriaguez não afasta o elemento subjetivo do tipo.
3. Posição minoritária: Sugerida por Cezar Roberto Bittencourt: Não é qualquer estado de embriaguez que exclui o elemento subjetivo do crime de desacato, exigindo-se que elimine a capacidade intelectual e volitiva do sujeito. De acordo com esta orientação, é necessário a apreciação de caso por caso. Embora essa corrente entenda que o desacato exige o impropriamente chamado dolo específico, afirma que não é qualquer estado de embriaguez que esse elemento subjetivo do tipo.

Crime formal. De forma livre. Modo livre de execução. O momento consumativo é apenas o ato que tenha a potencialidade para atingir o funcionário em exercício.

Unissubsistente: Afasta a tentativa. É infracionável.

Ex: Uma cusparada. Uma simples ofensa.

Concurso de crimes

Pelo princípio da consunção o desacato vai absorver figuras típicas menos graves: a injúria por exemplo. A vias de fato também.

Cuidado: Se houver outra atitude como lesão corporal será considerado concurso de crimes.

Desobedecer não é desacatar. Resistir e ao mesmo tempo menosprezar a honra subjetiva do servidor público.

Pena: de 6 meses a 2 anos.

Infração de menor potencial ofensiva.

Competência do Juizado Especial Criminal.

Obs.: Se civil ofender militar federal na garantia da lei e ordem configura crime militar.

Será julgado pela Justiça Militar da União. Posição do STF.

Tráfico de influência

Art. 332 - Solicitar, exigir, cobrar ou obter, para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem, a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função: (Redação dada pela Lei nº 9.127, de 1995)

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 9.127, de 1995)

Parágrafo único - A pena é aumentada da metade, se o agente alega ou insinua que a vantagem é também destinada ao funcionário. (Redação dada pela Lei nº 9.127, de 1995)

Exploração de prestígio

Art. 357 - Solicitar ou receber dinheiro ou qualquer outra utilidade, a pretexto de influir em juiz, jurado, órgão do Ministério Público, funcionário de justiça, perito, tradutor, intérprete ou testemunha:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa.

Parágrafo único - As penas aumentam-se de um terço, se o agente alega ou insinua que o dinheiro ou utilidade também se destina a qualquer das pessoas referidas neste artigo.

Não está em conluio com o funcionário. Grosso modo, é um estelionato privado. Não confundir com o art. 357, do Código Penal. Muito parecido. A exploração de prestígio atinge a administração da justiça. Menção a pessoas específicas.

Se houver solicitação para defensor público trata-se de tráfico de influência ao invés de exploração de prestígio.

Crime comum: Até o funcionário público pode ser agente ativo.

Sujeito Passivo: É o Estado. A credibilidade da Administração Pública é colocada em xeque.

Evitar o “lobista”. Uso da administração para obter vantagem. O particular que paga essa vantagem também é vítima mesmo que ele esteja mal-intencionado para influir o funcionário. A torpeza bilateral (duas pessoas com má intenção) não impede a ocorrência deste crime.

Pena: O funcionário não pode estar em conluio (concurso) com o sujeito, se não será corrupção ou concussão. Aqui, o comportamento é por conta própria.

Crime: DOLOSO. CONSCIÊNCIA E VONTADE são requisitos obrigatórios.

Sujeito Ativo: Age com especial fim de agir. Para si ou para outrem. Com ânimo definitivo. A vantagem pode ser patrimonial como qualquer outro caráter, como a sexual, por exemplo.

Animus fraude:

Momento consumativo: Crime formal. Nos três comportamentos: solicitar, cobrar e exigir.

Obter é de cunho material. Alcançar, angariar. A conduta de obter é de crime material.

Causa de aumento de pena: parágrafo único do art. 332, Código Penal.

Pena: de 2 a 5 anos.